

SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de agosto de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADA FABÍOLA MANSUR (AD HOC)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Queria convidar o deputado Bira Corôa, que, junto comigo, é proponente desta Sessão Especial em homenagem à Revolta dos Búzios, neste Agosto da Igualdade; a nossa Secretária de Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis, representando o governador Rui Costa; a Sr^a Promotora de Justiça, a amiga Dr^a Livia Vaz, representando a Procuradora Geral de Justiça, Dr^a Ediene Lousado; o Sr. membro da Academia de Letras e jornalista, professor Florisvaldo Mattos; a Dr^a em História pela UFBA, professora Patrícia Valim; o entusiasta proponente da sessão, Sr. Presidente do Olodum, o amigo JJ, João Jorge Rodrigues; o diretor geral da Fundação Pedro Calmon, o querido amigo Zulu Araújo; o diretor geral do IPAC, João Carlos Cruz de Oliveira; representando o Ilê Aiyê, o querido Edmilson; a diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, Maria Tereza Matos e a diretora da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Fernanda Tourinho. (Palmas)

Queria, inicialmente, pedir a todos que fiquem de pé, num momento triste para a Bahia, ontem 18 vidas foram ceifadas, vítimas de uma tragédia sem precedentes. Luto para nós e solidariedade para as famílias. Ontem também ia, há um tempo, Luís Gama, filho de Luísa Mahin. Luto por muitas vidas de jovens, mulheres e crianças, na sua maioria, ontem na Ilha. Então, peço que se marque o tempo para demonstrarmos a nossa solidariedade com 1 minuto de silêncio.

(Pausa para 1 minuto de silêncio.)

(Palmas)

Queria agradecer a presença de todos.

Invocando a proteção de Deus, como manda o Regimento, declaro aberta a presente sessão em homenagem aos 219 anos da Revolta dos Búzios, proposição conjunta minha, que atualmente presido a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos, e do amigo e companheiro, nobre deputado Bira Corôa, que preside a Comissão de Promoção da Igualdade.

Antes de começarmos, vamos, de novo, nos colocar em posição de respeito para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Em respeito às vítimas de ontem e por estarmos em luto oficial, apesar de ser um momento muito importante de visibilidade de todas as pautas da igualdade, do combate ao racismo e dos nossos heróis do passado, nós suspendemos todas as manifestações artísticas que aqui estariam se apresentando, como os nossos blocos afros da juventude, menos o Sarau da Onça.

Eu quero, com muito prazer, convidá-los para a apresentação do jogral com Maiara Silva e Sandro Ribeiro, do Sarau da Onça, e Rafael Manga, da Escola do Olodum.

(Apresentação do jogral.) (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Gostaria agora de passar os trabalhos da Mesa para o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Bom dia a todas e a todos. Quero, neste exato momento, convidar, para o seu pronunciamento, a proponente desta sessão, deputada Fabíola Mansur. (Palmas)

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Bom dia a todos e a todas. Estamos aqui em família. Então, quero, já que acabei de citar os nomes dos proponentes integrantes desta Mesa, saudar a todos os que nos honram com as suas presenças. Começo saudando o espírito desses heróis cuja existência, hoje, é motivo desta sessão. Vamos começar saudando João, Manuel, Luís e Lucas, para que os espíritos dos nossos heróis jamais possam ser esquecidos, seja por esta Casa, seja pela educação e Saúde, sejam nas praças, no teatro, através da cultura, porque vivemos um momento triste da nossa história do Brasil.

Quero começar com esta fala saudando a todos carinhosamente, os irmãos que compõem essa Mesa e os que aqui nos honram com suas presenças. Vivemos um momento triste de retrocessos, treva e obscurantismo, no qual o retorno do conservadorismo tenta atrasar ou retirar conquistas históricas. Conquistas históricas que vão desde a votação da Adin que quer alterar – secretária Fabya, saudando-a – a demarcação de territórios quilombolas, conquistas históricas como os direitos trabalhistas e previdenciários numa suposta crise, numa suposta necessidade premente e urgente de ajuste fiscal, como se com isso pudessem justificar a aposição a todas as lutas dos movimentos sociais aqui presentes, todas as lutas históricas por direitos, essa onda de privatizações, retirada de direitos e retirada da própria democracia e da própria essência do que deve inspirar e pautar todos os deputados, Dr^a Livia, Prof^a Patrícia, João, Fernanda, Prof. Florisvaldo, João Jorge, Zulu, Edmilson, que aqui vêm.

Estamos, e pode não parecer, numa Casa do Povo onde o Estado é laico. E nem sempre as bandeiras que compõem a decoração desta Casa assim fazem parecer. O Estado laico não quer dizer a ausência de religião, e sim o respeito que a nossa Constituição preza a todas as religiões, incluindo aqueles que não as têm. Quando respeitamos a nossa Bíblia, a Constituição, muitas vezes, deputado Bira Corôa, nós que somos baluartes na defesa da laicidade do Estado entendemos que alguns símbolos devem estar dentro dos nossos corações, das nossas casas.

A segunda coisa é dizer que nós temos de ter o Estado laico, mas simbolizado, às vezes, artisticamente.

Então, assim vamos também desejar que estivessem aqui presentes os nossos 13 orixás, Tupã, Buda, para que lembremos que uma coisa é fé e a outra é a nossa Constituição. E é a ela que vou fazer o meu discurso, que deve ser breve, até porque queremos ouvir as falas.

Estamos na Década Afrodescendente, que vai até 2024, década que deveria promover o reconhecimento, a justiça, o desenvolvimento e fazer o resgate histórico de tudo aquilo, de toda a tirania, de toda a opressão, de toda a “desoportunidade” que pautou, sobretudo, os negros e negras deste País. Todas as pessoas que lutaram, como João, Lucas, Luiz e Manoel, em 1798, há 219 anos, quase 90 anos antes da Abolição, nossos primeiros deputados baianos, é por isso que as reverenciamos no Agosto da Igualdade, mas não apenas em agosto ou novembro. Esses heróis baianos precisam ser reverenciados em todos os livros e nos nossos corações, porque o ideário de igualdade, fraternidade e liberdade que pautava quando...

E aqui o jogral muito bem recitou a convocação de que em breve Zulu estará, esperamos, com um projeto de nossa autoria e a proposição do Movimento Negro, da Sepromi, de João Jorge, de Vovô, do Malê, do Gandhi. Estará nesta Casa um memorial, no Salão Nobre, já aprovado no ano passado num projeto de resolução de nossa autoria. Estaremos aqui reverenciando esses heróis com os seus bustos, com as bandeiras, com as cartas. E esperamos que tenhamos até algo mais lúdico e educacional como um minimuseu para que, com a visita das pessoas, possamos exaltar o espírito desses jovens negros, que foram mortos, enforcados, esquartejados e tiveram seus corpos expostos, isso porque tiveram a coragem!

E é de coragem que precisamos falar, de defender a abolição, de defender a liberdade. Temos de propor a democracia e a luta democrática por igualdade, esses temas tão caros hoje, com esses escândalos que vemos, nessa onda de retrocesso que parece tirar a nossa esperança.

Exaltando esse espírito inspirador, quero saudar a representação do vereador Sílvio Humberto, de todas essas pessoas que estão nas secretarias, no Ministério Público, na universidade, na cultura, que é tão estruturante e importante para reafirmarmos a nossa identidade.

Quero saudar também nosso escritor, o querido Elias. Não pude ir ao lançamento do seu livro, mas tenho certeza de que esses livros, esses momentos são muito importantes para marcar de que lado da história nós estamos.

É importante igualmente reafirmarmos esse lado nesse momento antidemocrático, no qual o Congresso se rende ao poder econômico e se vende a qualquer preço, esquecendo as verdadeiras defesas constitucionais que devem ser feitas, como a defesa da igualdade, da liberdade e da fraternidade.

Quando celebramos aqui essa memória, estamos também dando o nosso grito contrário à violência que assola a juventude negra, pois 71, 71 de cada 100 jovens assassinados são negros! Sim, porque a violência tem cor! E a violência contra a mulher também tem cor! E ela assola vergonhosamente as mulheres negras!

Tivemos um segundo momento do movimento negro aqui com o deputado-presidente desta Casa, Angelo Coronel, para aprovar um segundo projeto de visibilidade dessa luta democrática e de exaltação do espírito dos nossos heróis, com a criação da Comenda Liberdade Revolta dos Búzios. Aqui nós temos três comendas aqui: o Título de Cidadão Baiano e as Comendas João Mangabeira e Dois de Julho.

Mas é importante que tenhamos um título para exaltar aquelas pessoas de notório saber que anônima ou publicamente se comprometem no seu dia a dia com essa luta por justiça social, igualdade, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Quero saudar aqui, representando a nossa querida senadora Lídice da Mata, Vitor e Ari.

E dizer que somos poucos os comprometidos com essas pautas nesta Casa, deputado Bira Corôa. Mas nós temos a qualidade e somos alimentados pela esperança de mudança, porque se alguém está na política, nos movimentos sociais, nas ruas, nas vilas, favelas e jamais pode perder a esperança.

Temos certeza de que aquilo que nos pauta, o que nos faz estar aqui é exatamente a defesa da justiça, o combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia. E a certeza de que num Estado de negros e negras prioritariamente nós temos de defender a maioria, a oportunidade à educação que nos é negada desde a pré-escola, com a ausência de vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos.

Não é verdade que os bebês nascem iguais. Nem nunca foi! Nem na época de João, Lucas, Luiz e Manoel. Os baianinhos e baianinhas pequeninhos que nascem nas periferias, sem oportunidade desde a primeira infância, professora – a senhora que faz um excelente trabalho lá em Cajazeiras –, não terão as mesmas oportunidades. Não terão! Porque nos desenvolvemos de forma prioritária exatamente na fase da educação infantil.

Portanto, se não temos – Rafael – oportunidades iguais desde a mais tenra idade, como podemos depois, de forma elitista, cobrar meritocracia?! Sou defensora da meritocracia. Mas antes da meritocracia temos de oferecer condições iguais, porque não é possível, simplesmente – João – tirar todas as oportunidades de uma criança acontecer no futuro, já desde a sua mais tenra infância, e cobrar meritocracia. Meritocracia depois de ações afirmativas de promoção da igualdade e justiça social. Por isso estamos aqui, para reverenciarmos o que e para que estamos e somos deputados da Bahia. Nesse sentido, não importa a cor da pele, importa aquilo em que acreditamos, aquilo que está dentro do nosso coração, aquilo que priorizamos aqui dentro, João Jorge. Dentre os vários projetos que passam por aqui – e é difícil passar um projeto, pois há uma disputa política muito grande de pautas –, as pautas geralmente priorizadas são aquelas que dão mais visibilidade, que economicamente talvez atraíam mais, quando era época ainda da doação por empresas que atraem mais doações.

As pautas que são visibilizadas não são as pautas que efetivamente interessam à grande maioria dos baianos, ainda chamadas de minorias, porque nos reduzem – mulheres, negros, indígenas, gays – a minorias. Não somos. Nós somos a maioria do

povo baiano. E mesmo se minorias fôssemos, teríamos os mesmos direitos e deveríamos ter garantias constitucionais do Estado, em promoção de ações.

Quero saudar o governador Rui Costa, porque tenta no momento de crise política, de subfinanciamento, ainda promover ações através da Sepromi, da SPM. Claro que desejamos, secretária Fábila, que a prioridade fosse também orçamentária para essas secretarias que promovem ou tentam promover.

Quero saudar o meu companheiro amigo Sílvio Humberto, já, já lhe chamando para a Mesa. A cultura tem sido, infelizmente, tão orçamentariamente sucateada. Como é possível fazer cultura, que é tão estruturante, com um orçamento tão pífio?

Ainda temos muito que lutar por igualdade, mas temos de ter as bandeiras que nos guiam. Pedi a João Jorge para que a bandeira da nossa revolta estivesse aqui neste momento. Onde ela está? Não vi. As bandeiras que originaram essa bandeira da Bahia precisam estar aqui nesta Casa, lembrando que essas pautas precisam e estarão sempre com aqueles que defendem verdadeiramente a justiça, a igualdade, a fraternidade e a liberdade.

Portanto, quero que vocês se sintam bem-vindos nesta sessão, inspirados por esses princípios. Tenham a certeza de que pessoas como eu, como o deputado Bira Corôa e tantos outros que aqui cito, certamente estarão sempre comprometidos com a juventude.

Quero saudar três jovens de Cachoeira, três jovens estudantes de jornalismo que ganharam o prêmio Norte/Nordeste por uma rádio Quilombo. Eles estarão representando a Bahia num prêmio nacional. Essas oportunidades dadas aos nossos jovens dentro da sua mais tenra idade, pelas secretarias que promovem educação e cultura, vão fazer a diferença na inclusão dos nossos jovens. Enquanto isso não vem, não perdemos a esperança nem o compromisso, pois é isso que deve pautar as nossas ações.

Que Deus, os orixás, todos nos protejam. E que nós, Bira, possamos continuar irmanados, fazendo frente a algumas coisas estranhas que, às vezes, pautam essa Assembleia. Precisamos ser a voz que representa essa gama de baianos e baianas que ainda se revolta – como na Revolta dos Búzios –, que ainda tem a coragem de se expor, de se colocar, porque dizemos não a qualquer retirada de direitos.

Viva a Revolta dos Búzios! Viva os nossos heróis da atualidade e da antiguidade, e que sigamos inspirados por eles. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido para compor a nossa Mesa o cineasta, diretor, pesquisador e historiador Antônio Olavo; o Sr. Vereador Sílvio Humberto, representando a Câmara Municipal de Salvador. (Palmas)

Aproveito para passar a presidência deste ato à nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): - Saúdo e convido para a Mesa o vereador Sílvio Humberto, que nos representa na Câmara Municipal de Salvador. A senadora será representada formalmente por ele.

Quero convidar o deputado Bira Corôa, meu companheiro de luta, presidente da Comissão da Igualdade e que tanto me ensina, para fazer o seu pronunciamento. Logo em seguida, todos os integrantes da Mesa terão 5 minutos para seus pronunciamentos. (Palmas)

O Sr. BIRA CORÔA:- Bom dia a todas e a todos. Assim como a nobre deputada Fabíola Mansur abriu os trabalhos desta sessão especial registrando nosso pesar pela tragédia, quero também contemplar este momento, mas iniciar com um ato de repúdio pela forma sensacionalista e imprópria como a mídia baiana está trabalhando o fato, desrespeitando a dor e o sentimento das famílias, não se colocando como um instrumento de acesso à informação e de orientação para que situações como essa de tragédia possam ser evitadas ou enfrentadas com mais dignidade, com mais respeito.

Queria também dizer que, além dos sentimentos que dedico a todas as famílias, também dedico um ato de repúdio a mais esse momento de tentar ganhar audiência em cima da dor humana e do desrespeito às pessoas.

Saúdo toda a Mesa, extensa e bastante representativa, pedindo desculpas por não saudar a todos e todas nominalmente, porque todos irão ter a oportunidade de se expressarem, e aí economizamos um pouco do tempo para que as pessoas que nos prestigiam com as suas presenças no Plenário possam ter espaço para fazer, também, um pronunciamento, caso sintam necessidade ou vontade.

Quero saudar a Mesa na pessoa da proponente desta sessão especial, conjuntamente com o nosso mandato, deputada Fabíola Mansur. Saúdo a presença de todos e todas em nome da secretária de Promoção da Igualdade, Fabya Reis, que aqui representa o governador do Estado, e saúdo a todos os movimentos e a toda força de luta, da capacidade de organização, de resistência do nosso povo, na pessoa de João Jorge e, consequentemente, em nome do Olodum.

Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga, João de Deus – não apenas quatro ou cinco homens participaram de um processo revolucionário, transformador, mas, acima de tudo, da prova, da resistência e da vontade de construir um novo tempo no Brasil a partir da nossa vivência na Bahia.

A Revolta dos Búzios, Conjuração Baiana, entre outras denominações que foram traçadas, Elias, ela não marca para nós, e no dia de hoje, apenas 219 anos da sua existência. Ela nos remete a um processo presente de necessidade de consolidação, de construção, da sociedade que, lá atrás, homens e mulheres, quatro deles aqui citados, diversos outros não citados, especialmente, as mulheres ainda não citadas nesse processo, que também deram contribuições importantes, demonstrando que nos tempos de hoje, na condição de luta igualitária e de afirmação da sociedade, ainda não trabalhamos com os mesmos valores e com o mesmo destaque, para o papel e a importância das mulheres, e em especial das mulheres negras e dos homens negros.

No dia de hoje, esta Casa, nobre deputada Fabíola Mansur, registra nos Anais e cria a condição real de se reeditar a nossa história, com a participação e com o protagonismo da nossa identidade negra e da consolidação e construção dessa

sociedade. A luta por justiça e direitos, contra a escravidão e por uma sociedade igualitária e inclusiva é tão presente quanto há 219 anos. Presente, porque ainda hoje não ocupamos os espaços devidos. Não estamos nas mesmas graduações nem somos incorporados ou temos acesso às políticas implementadas. Não podemos negar que avançamos bastante, mas que ainda padecemos e carecemos de grandes avanços.

É por isso que o dia de hoje é um dia estratégico, um dia importante. Não apenas para celebrarmos e relembrarmos 219 anos atrás, mas chamarmos a atenção para o fato de que, se negros e negras, em um grupo pequeno, se rebelaram contra um regime autoritário e excludente, nós – sociedade civil e organizada; nós, negros e negras, índios, ciganos e outras denominações, principalmente dos povos e comunidades tradicionais; nós, representantes e dirigentes de movimentos; nós, representantes de segmentos da sociedade; nós, no Parlamento, representantes dos interesses da sociedade baiana – não podemos nos curvar e muito menos nos omitir de enfrentar esse processo de transformação a que somos convocados no dia de hoje.

Não dá para celebrar uma data tão importante, João Jorge, uma data tão significativa, Zulu, como estamos fazendo no dia de hoje, sem reafirmar a necessidade de reconstruir a democracia neste País. Sem nos manifestarmos, cotidianamente, contra esse governo imposto, que tenta nos empurrar de volta para a escravidão, extraindo direitos de trabalhadores e trabalhadoras conquistados ao longo da história da luta da classe trabalhadora brasileira.

Não dá para assistir ao dismantelo que estão fazendo com transformação chamada de reforma da Previdência quando reconhecemos que estabelece grau de discriminação e exclusão, principalmente, às mulheres – e às mulheres negras.

Não podemos deixar de trazer para o dia de hoje, exatamente, a situação que vivem os garotos e garotas negros e negras na periferia das nossas cidades, sendo exterminados pela violência e, muitas vezes, pela ação do próprio Estado. Não dá para não debater e discutir o retorno à população de rua, nem em situação de rua, e a condição de sobrevivência pela “esmolagem”, como estamos vivenciando neste exato momento, a partir da imposição de um governo que tira direitos, avanços sociais e políticas inclusivas.

Por isso esta sessão, para esta Casa, tem um significado especial. Tem a marca de trazer para o Poder Legislativo do Estado da Bahia a nossa posição, a posição de mandatos, mas, acima de tudo, a posição dos segmentos sociais organizados.

Não podemos deixar de destacar a importância da Bahia, de governo transformador, que começa a partir do governador Jaques Wagner, a que se dá continuidade, com muita propriedade, com o governo Rui Costa, porque é a partir desse governo que a gente começa a vivenciar ou vislumbrar a implementação de políticas reparatórias e inclusivas.

Eu não poderia deixar de destacar, Elias e nobre secretária Fabya Reis, a importância desta Casa ter aprovado uma matéria de Estado como o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

E é exatamente nesse episódio de combate à intolerância religiosa que quero também aproveitar para deixar a minha indignação com a Mesa Diretora desta Casa

quando, mais uma vez, não respeita o estado democrático de direito, quando não faz desta Casa o seu papel, que é exatamente o de garantir o estado laico.

Não sou contra a exposição de um quadro que retrata a Bíblia, muito pelo contrário. Mas sou também a favor – estamos encaminhando para esta Casa que a Mesa Diretora também autorize a colocação da representação dos 13 orixás do candomblé baiano e brasileiro (Palmas) no Plenário desta Casa, de igual tamanho, assim como também a imagem do Buda, a imagem de Tupã e de outros símbolos e representações de religiões, e o símbolo daqueles que não têm religião, porque no estado laico os ateus também são reconhecidos e respeitados. E aí, sim, esta Casa estará cumprindo o seu papel de ser representante, de fato, dos direitos e dos deveres e, acima de tudo, da representatividade do povo baiano e brasileiro

Por fim, quero externar a minha satisfação de, com a deputada Fabíola Mansur, ser proponente desta sessão. E agradecer, acima de tudo, às organizações sociais e populares. É a partir dos movimentos sociais que chegamos às conquistas e à construção de avanços significativos.

Uma coisa é muito clara: 219 anos não foi tempo suficiente para apagar a memória dos irmãos que lutaram por uma sociedade mais justa, mais igualitária, pela afirmação da democracia, por um estado novo e pela inclusão. Mas ela foi suficientemente necessária para nos dar a mensagem maior de resistência, de luta, de desafios e de coragem.

É por isso que quero aqui dizer que neste dia deve ser também registrada nesta Casa, a importância, acima de tudo, da capacidade de organização dos movimentos negros na Bahia e no Brasil.

Não quero destacar um a um para não esquecer de citar um dos movimentos e não parecer que foi também uma discriminação. Mas destacar todos os movimentos negros que tiveram um papel importante, Elias, três, quatro décadas atrás, quando iniciou no Brasil um movimento de retomada de Búzios, que é da negritude se impor nesta sociedade, de identidade, de respeito, de direitos e de conquistas.

É a partir daí que a gente vê avançar no Congresso Nacional a consolidação da nossa presença; é a partir daí que a gente vê no governo federal a criação de instâncias para debates e discussões; é a partir daí que no Estado da Bahia a gente simboliza também a criação da nossa secretaria; é a partir daí que a gente vê os fóruns, os conselhos e todas as instituições de representatividade, que a gente vê e acompanha, na memorável corporação da Polícia Militar da Bahia, as organizações que nos afirmam dentro da Corporação, mesmo na estrutura pela qual foi criada e na metodologia que foi implementada. E é assim que podemos dizer obrigado aos movimentos, obrigado, acima de tudo, pela capacidade de resistência.

Quero dizer: o dia de hoje é um dia de chamar para as lutas. Nós precisamos avançar e avançar cada vez mais!

E para não encerrar sem evocar um dos grandes representantes nosso, já nos chamou lá atrás, há tão pouco tempo, quando em um *reggae* o ouvimos dizer na Bahia e no Brasil: “Vamos amigo, lute”.

E dizer também que não podemos perder o que já conquistamos, e para conquistar além do que conquistamos, precisamos preservar o que obtivemos até aqui.

Por isso, quero dizer: vida longa aos movimentos sociais organizados, não a esse governo que aí está. Força, luta, liberdade, mas, acima de tudo, a nossa presença, o protagonismo negro não pode ser esquecido.

Por isso, a partir de 5 anos atrás, aproximadamente, quando esses heróis foram reconhecidos pelo Estado da Bahia, nós mudamos a história da Bahia e do Brasil, botamos a cara negra nos livros de história deste nosso País, Olavo, e é a partir daí que temos o resgate aos nossos heróis.

Sem contar que há pouco mais de 20, 30 anos nós ousamos no desafio de negar em nossa história o 13 de Maio e reafirmar o 20 de Novembro, e resgatar um herói de identidade nossa, representativo negro, para puxar todo um processo de organização e de luta no Brasil. Mas, agora, precisamos ir além disso, e precisamos retomar a condução deste País em 2018. Por isso, o dia de hoje, para mim, representa um dos maiores e principais atos desta Casa.

Viva Búzios, viva os nossos heróis, e que os herdeiros desse heroísmo continuem firmes na luta. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Valeu, deputado Bira Corôa.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): - Para falar um pouquinho da nossa Revolta dos Búzios, Conjuração Baiana, Revolta dos Alfaiates, para lembrarmos bem a nossa história, queria convidar para fazer sua fala, pelo tempo de 5 minutos, a Prof^a Dr^a Patrícia Valim, doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Seja bem-vinda, e obrigada pela presença.

Enquanto a Dr^a Patrícia se dirige à tribuna, queria registrar a presença de Petra Schaeber, do Consulado da Alemanha; Cristina, Gilson e Jackson, do Movimento Político das Pessoas com Deficiência; da gerente Regional de Educação, Adenildes Teles de Lima; de Uyara, aqui representando a secretária de Políticas para as Mulheres, e vai ter fala, e sintam-se compondo a Mesa, Uyara.

Com a palavra a Prof^a Patrícia.

A Sr^a PATRÍCIA VALIM:- Muito obrigada, bom dia a todas e todos.

Gostaria de agradecer o convite que me foi feito pelas assessorias da deputada Fabíola Mansur e do deputado Bira Corôa, e dizer que acho esta audiência uma atitude bastante corajosa nos tempos que estamos vivendo.

São reparos. Sou professora da Universidade Federal da Bahia e, inclusive, faço esse reparo, convidando a todas e todos a assistirem os cursos que dou. Como sou professora de História da Bahia Colonial e História do Brasil Colonial, um dos cursos que dou na pós-graduação é só sobre a Conjuração Baiana.

Então, quem tiver interesse. Trata-se de uma universidade pública, as aulas são abertas e serão muito bem-vindos todas e todos. E esses cursos eu sempre divulgo nas redes sociais.

Em 5 minutos é uma tarefa inglória falar de um evento, de um movimento, de uma revolta, de uma rebelião, de uma conjuração dessa magnitude, envolvendo, segundo os próprios participantes, 676 pessoas. Eram pessoas dos mais variados extratos sociais. Metade desses partícipes fazia parte das milícias da cidade de Salvador e a outra metade era composta por homens dos mais variados setores sociais, inclusive alguns bastante poderosos, como venho mostrando nos últimos anos, dedicando a pesquisa só sobre a Conjuração Baiana.

Mas, das 676, as pessoas que foram implicadas no processo não passam de 40. E sabemos que os homens enforcados, esquartejados em praça pública foram quatro: João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga e Manoel Faustino dos Santos Lira. Eles tinham muito orgulho do sobrenome deles completo, inclusive isso está nos autos da devassa.

Mas quero lembrá-los e lembrá-las que a data de hoje, dia 25 de agosto, há exatamente 219 anos esses homens foram delatados. Foi no dia 25 de agosto de 1798 que esses homens marcaram uma reunião onde hoje é o Dique do Desterro, para verificar se tinham armamentos e contingente suficiente, inclusive contratando 400 escravos, que seriam armados para a deflagração dessa revolta, e foram delatados ao poder público. Foram delatados por dois homens, um chamado José Joaquim e o outro chamado Joaquim José.

Aliás, na História do Brasil, além do poder da classe dominante de enforçar homens livres pobres e pardos numa praça pública chamada Piedade, a história dos nossos delatores está sempre envolvida com o nome Joaquim. É uma coisa impressionante. Todos os delatores, se formos fazer um levantamento.

O fato é que no dia 25 de agosto de 1798 se abriu, então, uma investigação pelo desembargador do Tribunal da Relação na Bahia, desembargador Costa Pinto. Passado um tempo, abre-se uma segunda devassa pelo chanceler da Relação, desembargador Avelar de Barbedo. E por que estou falando isso?

Não vou entrar em muitos detalhes da revolta, porque são imensos. Estão disponíveis na internet, para quem tiver curiosidade, a tese de doutorado e a dissertação do mestrado, e o livro vai sair agora, em novembro deste ano, pela Edufba.

Estou falando isso porque esse movimento, que chamo de Conjuração Baiana, a Revolta dos Búzios, contém delação premiada, contém processos, uma caçada a quatro homens livres, pobres e pardos, e contém um julgamento sem prova.

E por que estou falando isso? Os homens que delataram essa reunião no Campo do Dique do Desterro foram agraciados com prêmios pela coroa portuguesa, receberam terras e títulos nobiliárquicos.

Os desembargadores que conduziram a devassa limpavam toda e qualquer evidência da participação dos poderosos, que, inclusive, eram os proprietários dos escravos que foram entregues à Justiça na Conjuração Baiana. Foram 10 escravos

entregues às autoridades. Um deles, inclusive, foi suicidado no segredo da Relação, que Antônio Olavo, meu querido colega, sempre faz questão de lembrá-lo com razão. Era o único escravo africano, o preto-mina José.

Além de terem feito isso, os desembargadores, negociando uma série de benefícios com a coroa portuguesa, foram limpando as provas de participação dos homens poderosos que se reuniam na casa de um secretário de Estado muito poderoso, José Pires de Carvalho e Albuquerque, que depois do dia 25 de agosto passa a entregar os homens que acabaram sendo enforcados e esquartejados.

Ocorre que os desembargadores tinham interesses muito escusos, relações muito promíscuas com esses donos dos escravos da Conjuração Baiana. Passado mais de 1 ano de investigação, de um processo que a gente conhece hoje, cuja documentação está no Arquivo Público do Estado da Bahia e que foi publicada na época do ACM, inclusive pela gráfica dele, óbvio, Gráfica Santa Helena, esse processo está cheio de falhas e cheio de buracos, porque fazia parte desse poder limpar evidências mais pesadas sobre esses homens. À certa altura das investigações, o advogado Antônio Barbosa de Oliveira vai fazer a defesa dos implicados, e o tempo todo na peça da defesa ele bate numa questão: não há prova material. O que eles chamavam, na época, no final do século XVIII, de substância sobre o crime de lesa-majestade de primeira cabeça, que é o crime contra o Estado e contra o rei, a rainha, na época, e o príncipe regente de Portugal.

Esses homens foram enforcados, esquartejados e tiveram seus corpos pendurados e colocados em locais de muita circulação da cidade de Salvador, sem prova material de crime de lesa-majestade.

Eu quero deixar claro para vocês algumas coisas. Esses corpos ficaram expostos para a população durante mais de cinco dias. Tem uma documentação no arquivo da Santa Casa de Misericórdia mostrando que a população toda se organiza e alguns irmãos maiores da Santa Casa vão até o governador implorando para que as partes dos corpos desses homens fossem retiradas em razão da quantidade de doenças e das emanções pestilentas e dos urubus que foram e deixaram a cidade em uma situação que beirava o caos.

Para além disso, esses homens, então, não foram só enforcados e esquartejados como também tiveram seus descendentes, as pessoas das futuras gerações, declarados pessoas não gratas e malditas. O que eu quero falar é que é possível a gente saber o desespero e angústia desses homens, minutos antes dos seus enforcamentos e esquartejamentos, porque tem um relato de um carmelita descalço chamada Frei José do Monte Carmelo. Eu não vou contar esse relato todo, ele é muito extenso, mas eu quero só chamar a atenção de que João de Deus do Nascimento foi o primeiro a ser enforcado, porque ele foi considerado o líder da revolta e o mais revoltoso de todos os homens. E, à certa altura, diz o frei que João de Deus olha para um povo enorme ali na Praça da Piedade, aponta para a forca e diz: “Olha o que eu ganhei por lutar por liberdade e igualdade”.

Certamente, se ele vivo estivesse, e esse é um exercício, enfim, que tomamos a liberdade poética de fazer, se ele aqui estivesse em meu lugar, certamente apontaria

para esse quadro infame, dentro de uma Casa do Povo, uma Casa laica, e ele condenaria (palmas), porque uma das maiores demandas desses homens, em 1798, é a laicidade do Estado. E a laicidade do Estado não é colocarmos todas as estátuas de todas as religiões. É conferirmos à esfera pública o lugar da política. O lugar da religião é em suas devidas casas, em seus devidos centros. Não garantimos a laicidade somando todos os nossos, repenso, inclusive do santo, do povo de santo. Não adianta, isso não resolve. Esta Casa é a Casa da política, do fazer política. O mesmo fazer política que fez com que esses homens fossem enforcados e esquartejados. Desde o começo, desde o estado absolutista do antigo regime, quando setores médios e baixos da população fazem política, eles são condenados, eles são esquartejados e eles são expostos ao julgamento e ao linchamento público.

Esses homens foram mortos porque fizeram política nas ruas da cidade de Salvador. Eles exigiram melhores condições, eles chamaram o Príncipe Regente de indigno coroado, eles pediram melhores condições de trabalho e igualdade e isonomia de acesso nas carreiras militares. Por isso eles foram enforcados e esquartejados.

Não podemos e não devemos ao lembrar da memória desses homens, nós estamos animando a vida deles e, mais ainda, animando a luta deles numa situação bastante conflituosa e complicada que vivemos nos dias de hoje.

Por fim, quero lembrar só duas coisas: é bom que se diga que esses homens hoje são Heróis da Pátria; mas eles só foram considerados Heróis da Pátria graças a dois movimentos. O primeiro, foi a articulação do Movimento Negro da Bahia junto ao governo Jaques Wagner, (palmas) que recupera e dinamiza a memória da Revolta dos Búzios, da Conjuração Baiana.

O segundo movimento – que é muito sintomático e, para mim, uma alegria imensa que esses homens estejam hoje, sejam hoje, ocupem hoje o Panteão dos Heróis da Pátria – foi feito no governo da minha presidenta eleita Dilma Rousseff. (Palmas) Presidenta eleita e presidenta golpeada. (Palmas)

Há vários legados desse governo, desse mandato que não foi concluído. O maior legado do primeiro mandato de Dilma Rousseff, do ponto de vista político, do ponto de vista simbólico, nos dá o direito de termos heróis negros, heróis do povo que fizeram política.

Por fim, lembremos de uma coisa: essa é uma tradição das classes dominantes brasileiras, que se valem de qualquer tipo de dispositivo para barrar o exercício político de setores médios e baixos da população, sobretudo, de homens e mulheres negras.

O presidente Lula, durante os seus dois mandatos, era constantemente, diariamente declarado bêbado e louco. A certa altura do julgamento dos homens da Revolta dos Búzios, da Conjuração Baiana, as autoridades que os acompanharam no segredo da relação, os declararam loucos e bêbados.

Para vocês entenderem a perversão desse processo, vou citar aqui, literalmente, o que disse um cônego chamado Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro: “Essa revolta,

essa rebelião não passou de conciliábulos das fezes da sociedade baiana que começavam na rua e terminavam no botequim”.

Cabe a todos nós mostrarmos que fazer política pelos setores médios e baixos da população não é fazer brincadeira. O espaço da política, o espaço público é de todos e é direito nosso, como esses homens mostraram e morreram por isso.

Agradeço o convite e parabênzo a criação do Memorial. E aproveito para fazer um apelo sobre a documentação no Arquivo Público no Estado da Bahia. Há um projeto que tocamos, eu e alguns pesquisadores da USP, para lançarmos a segunda edição desses *Autos da Devassa*, em conjunto com uma documentação que está no Rio de Janeiro chamada *Devassas e Sequestros*. Não faz sentido essa publicação ser feita separada, é preciso que coloquemos esses buracos, que fechemos essa narrativa.

Gostaria muito de contar com o apoio da Assembleia Legislativa e de todo o governo do Estado da Bahia.

Muito obrigada.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigada, professora Patrícia, por essa brilhante aula de história. A senhora, que desenvolve uma pesquisa sobre a Conjuração Baiana de 1798 e as lutas pela Independência da Bahia e a Revolta dos Periquitos, conte conosco para colocar a Bahia nessa luta. Quero dizer que o IPAC está aqui representado, a Pedro Calmon, a Funceb, Os Autos da Devassa estão lá no Arquivo Público e serão digitalizados com a criação desse Memorial.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Quero saudar, muito carinhosamente, a nossa senadora Lídice da Mata, que tão bem representa a Bahia, inclusive, nessa luta pela democracia, contra qualquer perda de direitos e na luta pela igualdade, no combate ao racismo. Ela, que também preside a CPI do assassinato de jovens negros, veio fazer sua fala e pede licença à Mesa, porque está participando de um debate no 4º Congresso da CTB. Portanto, peço licença à Mesa para que ela possa chegar, se manifestar e, em seguida, já tem nossa autorização para sair. Mas esta Casa fica muito honrada, senadora Lídice da Mata, por ser não somente a primeira senadora da Bahia, mas uma grande senadora que nos representa e a todos os movimentos sociais aqui presentes.

Bem-vinda, senadora. (Palmas)

A Sr^a LÍDICE DA MATA:- Bom dia a todos os companheiros e companheiras que estão aqui presentes nesta data tão significativa para a luta do povo baiano.

Ao saudar a Mesa, peço desculpas a vocês, porque estou de passagem. Vim numa homenagem à data, à importância desta sessão e aos seus autores, a deputada Fabíola Mansur e o deputado Bira Corôa, que aqui tão bem expressam essa luta do movimento popular da nossa terra. Tanto Bira quanto Fabíola têm tratado de temas relevantes, que dizem respeito à cultura e à identidade afro-brasileira do nosso povo baiano.

Só a saudação à Mesa já é o meu discurso, pelo tempo. Mas eu quero saudar a nossa professora Patrícia Valim, que deu uma aula mostrando seu conhecimento sobre o tema, sua adesão como profissional da História a esse tema; quero saudá-la e homenageá-la.

Vou saudar, pela ordem, a representante da Fundação Cultural da Bahia, minha querida amiga Fernandinha Tourinho, que foi minha colega nos tempos de Universidade – vocês não sabem, mas ela dirigiu comigo a campanha, junto com Ari da Mata, *Javier é brasileiro*, num momento em que nós tivemos a ameaça de expulsão de Javier do Brasil, ainda no período da ditadura militar –; o meu querido amigo João, que representa também João Carlos Cruz, diretor-geral do IPAC; e Zulu, que é da Fundação Pedro Calmon, nosso companheiro de muitos anos de luta. Eles representam aqui a Secretaria de Cultura do nosso Estado da Bahia, os três desempenham importantes tarefas à frente dos seus postos. Também saúdo a nossa querida Maria Teresa Matos, diretora do Arquivo Público do Estado. Todos eles representando esse esforço da Secretaria de Cultura do Estado em homenagear, em ressaltar a importância da Conjuração dos Alfaiates ou, como nós a tratamos mais popularmente, Revolta dos Búzios.

Quero destacar aqui a presença da Dr^a Livia Vaz, que representa o Ministério Público. É sempre um prazer ter o Ministério Público nessa luta pelo reconhecimento da igualdade racial em nosso País. Saúdo a secretaria que representa a promoção da igualdade racial no Estado da Bahia, Fabya Reis, representante do governador Rui Costa nesta Mesa, oficialmente. Saúdo o meu grande amigo e companheiro de muitas lutas João Jorge Rodrigues, fundador e presidente do Olodum, talvez a organização cultural e política negra da Bahia que tem, hoje, uma relação mais direta com a preservação da memória da Revolta dos Búzios em nosso Estado, o Olodum tem trabalhado nessa direção, nesse fortalecimento, permanentemente.

Semana passada eu encontrei, no momento da manifestação em que o Olodum participava e se articulava para uma manifestação pública, saudando a Revolta dos Búzios, o diretor, representante do Ilê, Edmilson Lopes das Neves, também aqui um companheiro integrante dessa luta e do grande Ilê Ayê, que tem essa expressão, junto com o Olodum e junto com tantos outros blocos afros, dessa forma específica, peculiar que a luta pela igualdade racial tomou na Bahia; saudar meu companheiro de muitas lutas e vice-presidente do Municipal de Salvador, vereador Sílvio Humberto, destacado Líder da luta contra o racismo em nosso município, no Estado da Bahia e no Brasil, já, inclusive, homenageado pelo Senado Federal; saudar esse cineasta, diretor, fotógrafo que fez marca na Bahia por sua luta pelo destaque que teve na afirmação cultural no nosso Estado, e hoje já pode ser citado como um guru na referência audiovisual da Bahia, Antônio Olavo. Tive a satisfação, a alegria de ter sido também contemporânea dele na universidade, quando ele foi um grande Líder estudantil, naquele período da luta contra a ditadura militar; saudar de maneira muito especial essa grande referência intelectual, cultural do nosso Estado, que é o professor Florisvaldo Mattos, um querido amigo (palmas), e uma referência da comunicação na Bahia, um dos mais destacados jornalistas e intelectuais que a Bahia tem.

E saudar cada um dos amigos, companheiros e companheiras que estão aqui, vejo aqui Ailton, militante e companheiro de muitos anos, vejo ali Zé Mendonça, ex-prefeito de Ipiaú, que agora Dona Maria está cuidando muito bem, quero homenageá-lo dessa maneira, Ipiaú que é também um pouco minha terra, terra a que meu tio Salvador dedicou os mais pródigos anos da sua vida, por 60 anos esteve naquele município promovendo educação, promovendo cidadania, e por isso tenho uma grande referência, moramos lá, em Ipiaú, por aquele município.

Mas, quero dizer a todos vocês da importância que tem essa sessão no registro histórico desse momento. A Bahia que deu uma contribuição essencial à luta do povo brasileiro na sua independência, reverenciada por nós no Dois de julho, mas que antes disso e durante todo esse processo daquele período, no Brasil, esteve presente, relacionado com a ideia de construção de uma nação livre, de uma nação independente da colônia portuguesa, também a ideia da justiça social e da justiça racial.

E a Revolta dos Búzios é uma das expressões mais destacadas no Brasil, de todas as lutas, de que esse desejo de liberdade do nosso povo esteve sempre vinculado a uma ideia de uma pátria que além de livre do jugo colonial tivesse igualdade social e igualdade racial.

Essa luta não se acabou. Nós somos herdeiros dessa Revolta, nós trazemos no nosso DNA, no nosso coração a indignação dos revoltosos, esses que receberam, em 2011, o título e tiveram seus nomes inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, estes que ao conseguirem liderar aquela Revolta, João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga, Lucas Dantas e Manoel Faustino, que têm os seus nomes inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, e a maioria do povo brasileiro não sabe do seu heroísmo, não sabe da sua contribuição. E é uma obrigação nossa resgatar esta luta, e resgatá-la no momento atual, no momento em que nós estamos perdendo tantos direitos. Nós estamos num dos mais sérios e graves momentos da história política desta Nação, quando, em nome da retirada de uma presidente eleita, criou-se o argumento da chamada pedalada fiscal, que era uma manobra contábil para fortalecer e financiar programas sociais – como o Bolsa Família, como o Minha Casa, Minha Vida, como a agricultura familiar – e, em nome disso, colocou-se no seu lugar um governo que tem a tarefa de, utilizando-se da sua impopularidade – é um caso único da história do mundo – levar uma agenda de perda de direitos aos trabalhadores deste País e à população deste País, como nunca na história política se viu.

Primeiro, a reforma trabalhista. Eu acho que vão dar um passo atrás na reforma da Previdência, porque acho que a Câmara dos Deputados, tão próximo da eleição, não terá coragem de perpetrar mais este mal contra o povo brasileiro. Porém, o que está em pauta no governo do ilegítimo Michel Temer é uma agenda de entrega do patrimônio nacional num tempo curto, como jamais a história deste País viu.

O que se fala agora é na privatização de 78 empresas. Dentre elas, eu destaco duas ações muito simbólicas deste momento, no Brasil. Uma, a Casa da Moeda. Não sei qual foi o país que privatizou a sua casa da moeda. E provavelmente se entregará a uma empresa de outro país para fazer essa tarefa. E a outra: a Eletrobras. Sem dúvida nenhuma, um patrimônio do povo brasileiro que, desde 1953, está sendo

construído, até os dias atuais, e que se pretende entregar pela bagatela de R\$ 20 bilhões. Um patrimônio que foi construído com mais de R\$ 400 bilhões do povo brasileiro. E isso feito no argumento de que estão resolvendo, de que o Brasil precisa de dinheiro.

Ora, eu não sei qual é a pessoa, o popular, o cidadão simples que vende sua casa, seu único patrimônio, para pagar uma dívida conjuntural. É isso que está se pretendendo fazer com o Brasil. É pegar o patrimônio construído pelo povo brasileiro para entregar às empresas multinacionais sob o argumento de que essas empresas estão dando prejuízo. O que está dando prejuízo ao Brasil é este governo que está usando, desbragadamente, os recursos nacionais para comprar deputados com liberação de emendas e outras tantas coisas, para viabilizar-se no governo. Este governo só tem um objetivo neste momento: manter-se no poder. E esse será o preço mais alto que o povo brasileiro vai pagar nessa quadra política que estamos. (Palmas)

É frontal a agressão à democracia, porque a democracia se baseia na vontade do povo. Você mantém um governo que não está respondendo à vontade do povo, com mais de 90% de rejeição, que impõe uma agenda a qual o povo não tem condições de inviabilizar. E faz isso dizendo, abertamente, as pessoas dizem, os publicitários falam, os políticos dizem: Temer tem que aproveitar a sua impopularidade para fazer tal medida, esta e aquela. Ou seja, tem que aproveitar que o povo não quer, que o povo não deseja, para fazer, porque está no poder.

Isso é uma afronta ao princípio democrático, que é justamente a vontade popular. Não há lugar no mundo onde isso ocorra, a não ser em ditaduras expressas, em ditaduras que, pela força, se impõem.

Então, eu quero parabenizar a todos vocês e dizer que a nossa luta continua com a Revolta dos Búzios e os revoltosos em nossos corações. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- A senadora Lídice continua inspirando essa revolta. E isso não ocorrerá se todos nós, Patrícia, nos revoltarmos e não formos às ruas dizendo não. E parabéns pelo seu trabalho.

Quero, já me despedindo da senadora, avisar que todas as falas precisam estar no tempo porque esta Casa tem um tempo para que os funcionários, inclusive, peguem os seus ônibus. Infelizmente, as falas vão ter que ser encurtadas.

Mas eu queria, ainda continuando na história, convidar o professor Florisvaldo Mattos para fazer a sua fala. (Palmas). Professor Florisvaldo é jornalista, escritor, membro da Academia de Letras da Bahia; entre tantas obras importantes escreveu *Comunicação Social na Revolta dos Alfaiates* que foi, inclusive, editado num convênio com esta Assembleia, em 1998, por ocasião da passagem dos 200 anos desse histórico movimento. No ano que vem, vamos comemorar de novo.

Professor Florisvaldo, seja bem-vindo a esta Casa.

O Sr. FLORISVALDO MATTOS:- Obrigado.

Primeiro, quero saudar a Mesa nas pessoas da deputada Fabíola Mansur e do deputado Bira Corôa, Mesa essa que possui grande estatura de representação na cultura baiana e na vida política e merece todas as reverências. Quero saudar também esse público magnífico que se dignou a vir a uma solenidade como esta, uma sessão especial, porque o tema já nos empolga.

Na verdade, a fala da professora Patrícia Valim quase esgota o tema todo, mas facilitou o que eu viria aqui falar.

Sou basicamente um jornalista. Militei na linha de frente das redações dos jornais durante 53 anos. E fazendo mestrado em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia, escolhi justamente, para conclusão do curso, fazer uma dissertação sobre a Revolução dos Alfaiates não só pelo aspecto histórico, político e social, mas também porque tanto tinha de elementos culturais e fundamentalmente de interesse na área da comunicação.

Então vou ler aqui um textozinho, não é grande, está em corpo 14, tem cinco páginas apenas.

(Lê) “Devo a minha presença nesta sessão especial à deputada Fabíola Mansur, que me agraciou com o gentil convite para dela participar, em razão de ter eu escrito um livro, por sinal publicado pela Assembleia Legislativa, em convênio com a Academia de Letras da Bahia, em 1998, por ocasião das comemorações dos 200 anos do movimento revolucionário, que se chamou Revolta dos Búzios, objeto dessa iniciativa merecedora de todos aplausos.

Nesta obra, que recebeu o título de A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates, deixando a parte essencialmente histórica da sublevação à competência dos historiadores, entre eles o professor Luiz Henrique Dias Tavares, seu mais destacado estudioso, preferi abordar pioneiramente um ponto crucial creio que pioneiramente, que consista em definir o papel da comunicação social na insurreição, optando pela designação mais repetida entre os estudiosos do fato histórico, hoje mais comumente chamado Revolta dos Búzios.

Sucedeu que, na última década do século XVIII, um grupo de pessoas em diversas situações de classe, mas preponderantemente da mais baixa escala social, intentou promover um levante, que visava libertar o Brasil-Colônia do jugo português, empunhando múltiplas bandeiras, tais como independência da Capitania, implantação da República, a abolição da escravatura, igualdade para todos, livre comércio com as nações do mundo, interrupção do vínculo com a Igreja do Vaticano, instituição do trabalho remunerado, melhoria do soldo militar e garantias para os plantadores de cana, fumo e mandioca, assim como para comerciantes.

No que se refere às ideias dos que estavam engajados no movimento de libertação, esse caldeirão efervescente pressupõe um vasto campo de procedimentos durante certo período, em que imperaram as relações de comunicação, para obtenção de consenso em torno dos propósitos da intentada conjuração.

No entanto, desbaratada a revolta, o resultado de tão elevada aspiração ficou na história como exemplo máximo de sofrimento, crueldade e tragédia, recaindo as penas de enforcamento, seguido de esquartejamento, sobre quatro dos envolvidos,

dois deles soldados Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas do Amorim Torres, e dois artesãos João de Deus do Nascimento, mestre alfaiate, e Manoel Faustino dos Santos Lira, então oficial alfaiate, mas ex-escravo. Livrando-se da severa punição um 5º personagem, Luiz Pires, também artesão, era lavreiro de mármore, porque fugira, desaparecera sem deixar rastros.

Tem-se uma ligeira noção desse quadro com a descrição do que era Capital da Bahia em 1798, ano da derrocada do movimento. Tratava-se de uma sociedade de vizinhança, aquela em que, conforme define a sociologia, a relação entre as pessoas se estabelece...”

A Srª PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Professor, o senhor tem mais 1 minuto para concluir seu pronunciamento.

O Sr. FLORISVALDO MATTOS:- Por que eu, como jornalista, me interessei por esse tema? Porque um dos pontos centrais da insurreição e da apuração foram, justamente, os chamados boletins sediciosos que os revoltosos distribuíram pela cidade. Eram declarações, em manuscrito, de seus propósitos, colados em pontos de afluência pública: porta de quartéis, porta de igrejas, açougues, feiras e tudo que fosse ponto de referência das pessoas. Justamente esse conteúdo, analisado como um propósito que ia além da comunicação direta de pessoa para pessoa, na verdade, se caracterizava como uma comunicação pública. E que, para mim, no meu estudo como jornalista que era, apesar de manuscrito, representou por esse propósito de se distribuir em pontos onde havia grande parte de pessoas interessadas em leitura, na verdade, o embrião da imprensa no Brasil. O que só viria a acontecer em 1808 com a Carta Régia de Dom João VI, que fez surgir, no Rio de Janeiro, a *Gazeta* do Rio de Janeiro.

Então, esses tais boletins sediciosos foram para a Bahia e, depois, para o Brasil, o ponto de partida para a futura comunicação impressa, através da imprensa, e que se tornou, na verdade, um ponto porque o seu propósito era alcançar grandes públicos, apesar de manuscrito.

Essa é uma situação que divergiu, foi a primeira a acontecer no Brasil, e depois o seu propósito de comunicação pública se caracterizou e se definiu. Por isso, foi o caminho para depois ser aceita a imprensa no Brasil. (Palmas)

A Srª PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigada, professor.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Com a palavra, pelo tempo de 1 a 2 minutos, para fazer a sua saudação, Fernanda Tourinho, diretora da Fundação Cultural da Bahia. Eu peço... Todas as falas são importantes, temos aqui a secretária Fabya, João Jorge, Zulu, Antônio Olavo, vereador Sílvio Humberto, Drª Lívia. Eu peço que sejam breves para que a gente possa seguir o tempo.

A Srª FERNANDA TOURINHO:- Saúdo a todos da Mesa, também a todos os presentes. Para cumprir o curto tempo, eu gostaria de agradecer pelo convite feito à Fundação Cultural do Estado da Bahia para que ela estivesse presente. A Fundação Cultural do Estado da Bahia é uma entidade vinculada à Secretaria de Cultura,

totalmente representada aqui nesta Mesa, como deve ser, frente ao tema e a importância dela para a cultura da Bahia.

Quero dizer que o protagonismo da cultura aliado a esse tema, que não só é um tema cultural, mas um tema que dialoga com vários outros setores do nosso Estado, embora, como diz o secretário Jorge Portugal, a cultura seja tudo, porque todos estão no guarda-chuva da cultura, do ato cultural do homem... eu quero destacar, principalmente, o papel das artes, que é o objetivo dessa Fundação no trabalho dos nossos blocos e grupos afros, porque eles trouxeram a pauta de volta.

Através do trabalho artístico, essa pauta pôde ser retomada, e isso é quase um selo da importância das artes e da cultura para as nossas vidas. Quero dizer que eu me sinto contemplada aqui por estar acompanhada pela diretora do Centro de Formação de Artes da Funceb e da vice-diretora da Escola de Dança, porque são duas entidades que labutam, que trabalham diariamente com os jovens. Aqui, com a representação desses jovens, eu devo dizer que isso é o que eu menos tenho visto nas nossas conversas, e é prioritário que a gente modifique. Ou nós conversamos, dialogamos e trazemos os jovens para o front, ou nós vamos perder essa batalha. (Palmas.) Os jovens precisam estar nas nossas conversas, nossas discussões e ações. Precisamos trabalhar para trazê-los e fazer com que eles entendam do que estamos falando.

Isso aqui, e eu não vou dizer sobre o conteúdo, nada, porque eu sou de formação católica e de prática espírita, mas isso é uma ignorância, a arrogância da ignorância ou a ignorância da arrogância, porque nesse trabalho artístico de Carlos Bastos está representada a laicidade do Estado. Se os senhores puderem demorar olhando, aqui estão os símbolos de todas as nossas religiões, inclusive dos ateus na presença de Jorge Amado em um dos barquinhos, por exemplo.

Então a arte dá conta de muita coisa, e o desconhecimento e a ignorância não permitem que vejamos isso.

Muito obrigada e parabéns a todos. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigada, Fernanda. Parabéns pelo seu trabalho à frente da Funceb.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Quero convidar agora João Carlos, do IPAC, para fazer em 2 minutos a sua saudação.

Saúdo já Marita Souza, delegada da Delegacia de Proteção ao Turista; Marrom Maneiro, secretário da Negritude Socialista; nosso amigo Luís Guilherme Tavares, maior autoridade nesse tema.

O Sr. JOÃO CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA:- Rapidamente saúdo a todos, eu fiz um texto rápido e prometo que realmente vou fazer uma fala de 2 minutos.

(Lê) “Nunca é inoportuno ressaltar que o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. A Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, foi um gesto importante por parte do Império, mas, além de ter sido uma medida bastante

demorada, veio desacompanhada de um novo projeto de nação que assimilasse a massa de negros libertos na atividade econômica e na esfera social.

A República, instituída por meio de um golpe militar um ano após a abolição, também não apresentou nenhum projeto de Estado que integrasse a massa de negros libertos à nova realidade político-econômica da Nação. Nesse contexto, então, devemos inserir, para além da história oficial que a Revolta dos Búzios representou naquele instante, a voz do povo, indo para além da definição acadêmica, sendo gradativamente incorporada pelas menções dos movimentos populares.

Simbólico que cem anos antes da Lei Áurea, em uma conspiração ocorrida em 1798, na capitania da Bahia, no Brasil, lute-se para libertar da Coroa Portuguesa, sendo identificado como a luta contra a escravidão e por uma sociedade mais igualitária. Os desejos e sacrifícios referentes à Revolta dos Búzios são nítidos e raros casos de memória preservada, transmitida e firmada de baixo para cima.

O movimento ocorrido na Bahia em 1798 entrou para a história brasileira com um grande número de definições para identificá-la, prova inequívoca de sua apropriação e transmissão pela população, com suas variações ocorrendo por conta da apropriação popular ao longo do tempo.

Então, nada mais simbólico que este ato seja recepcionado pela Assembleia Legislativa, o lugar, por excelência, de representação do povo. Nesse sentido, fecha-se um ciclo, poder e voz do cidadão se encontram. Viva ao ideário de liberdade e igualdade! Viva a Revolta dos Búzios, que representou naquele instante a voz do povo.”

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigada João, e viva à cultura, que é o que garante que tudo isso aconteça.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Eu quero agora convidar o nosso querido Antonio Olavo, cineasta e diretor de quatro filmes de longa-metragem *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*; *Quilombos da Bahia*; *Abdias Nascimento – Memória Negra*; e *A Cor do Trabalho*. Ele acabou de finalizar *Travessias Negras*, uma série de cinco episódios para a TV, e está concluindo o longa *Revolta dos Búzios*.

Bem-vindo, Antonio Olavo.

O Sr. ANTONIO OLAVO:- Bom dia ou boa tarde para todos e para todas, eu não vou falar, queria dizer da importância desse evento e que me sinto totalmente representado na fala da professora e querida amiga, Patrícia Valim. Importante. E tudo bem.

Obrigado a vocês. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Espero, Antonio Olavo, que você conclua logo esse longa, *Revolta dos Búzios*, para que nos 220 anos da revolta esse filme esteja aí. Obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Bem, agora eu queria chamar o nosso querido Zulu Araújo, diretor da Fundação Pedro Calmon, que, aliás, vai falar também pela professora Maria Tereza Matos, que acabou de ceder seu tempo, mas é importante citar a Dr^a Maria Tereza, que é do Arquivo Público, e é lá que estão os Autos da Devassa, que serão digitalizados para compor o memorial que virá para esta Casa. Zulu também é um proponente desta sessão, seja bem-vindo, companheiro.

O Sr. ZULU ARAÚJO:- Eu não terei o poder de síntese de Antonio Olavo, mas serei breve também...

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Você tem, sim.

O Sr. ZULU ARAÚJO:- (...) Quero parabenizar a deputada Fabíola Mansur; o deputado Bira Corôa; e também toda a Mesa; João Jorge dos Santos Rodrigues, o nosso decano na luta pelo resgate da Revolta dos Búzios enquanto um tema fundamental e importante para as lutas democráticas da Bahia. Eu conheço a luta dele já de muitos e muitos anos.

Eu queria dizer, rapidamente, o seguinte, tanto devido ao adiantado da hora como também porque muitas pessoas já falaram aqui e me representam na plenitude: (Lê) “os documentos textuais, manuscritos e impressos, originais, produzidos e acumulados há 219 anos no processo da Revolta dos Búzios...” é importante que vocês saibam: desde 1890 que esses documentos se encontram no Arquivo Público do Estado da Bahia e estão muito bem guardados sob a direção da professora Maria Tereza Matos e a sua equipe. E mais do que bem guardados, têm sido disponibilizados a tantos quantos desejem estudar, pesquisar ou trabalhar sobre esses documentos.

Diria que esses documentos não são apenas papéis: eles são vidas de homens que defenderam princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Por isso mesmo, para a celebração dos 220 anos, a Fundação Pedro Calmon publicou hoje, no *Diário Oficial do Estado da Bahia*, a criação de uma comissão para a celebração dos 220 anos, composta pelas seguintes instituições: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Associação Nacional de História - Seção Bahia (Anpuh-BA); Grupo Cultural Olodum; Sociedade Cultural Recreativa e Carnavalesca Malê Debalê; Associação Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê; Conselho Estadual de Cultura; Universidade Estadual da Bahia; Universidade Federal da Bahia; Academia de Letras da Bahia, e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Isso para que, no próximo ano, possamos não só celebrar, mas apresentar novos documentos e novas formas de celebrar a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Toca a zabumba que a terra é nossa! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a. PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Valeu, Zulú.

A Fundação Pedro Calmon e o Arquivo Público serão extremamente importantes para o envio do projeto para esta Casa, da minuta do pré-projeto do

Memorial. É importante também criarmos essa comissão. Agradecemos a participação da Assembleia Legislativa.

Com a palavra agora ela que é nossa representante lá no Ministério Público: a nossa querida promotora Dr^a. Livia Vaz, da Promotoria de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa. Bem-vinda, Dr^a Livia, que nos representa tão bem.

A Sr^a LÍVIA VAZ:- Bom dia a todos e a todas. Vou encurtar os cumprimentos, até por causa do tempo. É de fundamental importância esta sessão, para rememorar, resgatar os nossos heróis negros da Revolta dos Búzios; porque sabemos que isso visibiliza a nossa luta, e a invisibilidade mata e continua matando nossos jovens negros ainda hoje.

Então, isso é de fundamental importância, é uma dívida histórica que temos com nossos meninos e meninas negras nas escolas, que se veem sempre representados como escravizados, subservientes; e nós não fomos e nós não somos. Na nossa história fomos, sim, protagonistas; não fomos protagonizados. O nosso País nos deve o que é uma dívida histórica: elucidar a nossa verdadeira história.

Não posso deixar de falar do Estado laico, temos muitos exemplos na nossa história de como nosso povo negro foi perseguido pelo Estado. E eu digo isso porque estou numa Casa Legislativa. Nós tivemos as Ordenações Filipinas que apenas com penas corporais a heresia e com penas de morte a feitiçaria. Em 1832, um decreto obrigava todos os escravos a se converterem ao catolicismo. Além disso, tínhamos e temos ainda os códigos criminais, o de 1830 e o de 1940, ainda vigente, criminalizando o charlatanismo, o espiritismo e o curandeirismo.

Temos que refletir se é esse o Estado que nós queremos, se queremos dar esse passo atrás, retroceder desse modo, porque estamos vivendo pseudo-Estado laico em nosso País. Não temos um Estado laico, que é a garantia de que o Estado e seus servidores, no exercício de suas funções, não endossem e nem privilegiem nenhuma religião. Esse Estado deve ser, sim, solo fértil para o florescimento de todas as religiões e também daqueles que não professam nenhuma religião.

Portanto, quero chamar à reflexão os membros desta Casa: me assustei, sinceramente, quando vi essa representação aqui, hoje. (Palmas.) Eu me assustei, porque o mandato dos membros desta Casa é um mandato popular, que vem do povo. Esta Casa representa o povo, e não a religião “a”, “b” ou “c”. Então, não pedimos, exigimos respeito a todas as religiões e também aos que não professam nenhuma.

Não imagino uma frase mais adequada e atual para finalizar, professora Patrícia, do que a mensagem que os nossos revoltosos deixaram: “Animai-vos povo bahiense, que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos irmãos, o tempo em que todos seremos iguais.”

Muito Obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Nos representa mesmo. Que cheguem logo esses tempos!

Convido para fazer uso da sua fala o companheiro, irmão, vereador Silvio Humberto, que é o representante da cultura no Município de Salvador, mas que também nos representa em tantas as lutas democráticas por liberdade, pelo combate ao racismo e promoção da igualdade. Querido, esta Casa é sua, vereador. (Palmas)

O Sr. SILVIO HUMBERTO:- Bom dia a todas e todos, quero cumprimentar, com muita alegria, apesar do dia de ontem, esta sessão memorável. Quero cumprimentar a deputada, Fabíola Mansur, essa irmã que a vida nos deu; nosso deputado Bira Corôa, companheiro de jornadas; os demais membros da Mesa, estendendo ao decano João Jorge, que é um dos responsáveis por esta manhã, por trazer este tema já brilhantemente retratado com maestria nas palavras da professora Patrícia. Temos que dizer, porque é verdade, não é rasgação de seda, não. Esse é o ofício de uma historiadora comprometida com a história deste País, o de contar essa verdadeira história.

Quero também, de fato, parabenizar o nosso cineasta Olavo, que foi preciso na sua fala, curto e grosso, que apresentou aquele documentário ontem, o filme que vem trazendo o cinema como instrumento de luta, e nos agraciará com o filme sobre Búzios em breve, 2019, 2020. Que possamos celebrar os 220 anos dessa revolta aqui.

Lembrando da revolta, que foi bem cantada, propagada e popularizada pelo Olodum, acho que esta é a missão, diria que os blocos afros, em particular o Olodum, o movimento negro deu cor à revolta, porque até então, a revolta era a Revolta dos Alfaiates, Conjuração Baiana, mas quem deu a cor dos protagonistas tem nome e sobrenome, foi através das músicas do Olodum, que aproximou a população de si mesmo, da sua história. Isso fez uma enorme diferença.

Quando discutimos, neste momento, luta, igualdade, fraternidade e liberdade – decorridos 219 anos –, ainda estamos lutando por liberdade, por igualdade, por fraternidade e por algo que parecia vencido. A República é para isso? Aí, você tem que lutar por um estado laico, por incrível que pareça.

Parece que você expulsa o monstro pela porta, e ele retorna pela janela que está aberta e vem assombrar de novo. Esse é um passado que insiste em não passar.

Assim como eles não combinaram o jogo conosco, quando afirmaram que estaríamos banidos para todo e sempre, nós voltamos literalmente, somos e seremos muitos, porque ao nos juntarmos com os indígenas, aos nossos parentes, às pessoas que defendem os brancos, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, seremos muitos.

Vamos dar continuidade ao sonho de Búzios para fazer chegar aquele dia, como bem disse a promotora Livia, aquele dia feliz, quando seremos todos iguais, respeitando nossas diferenças, e que a fraternidade seja a ordem.

Falo isso, porque algo me chama a atenção quando defendemos a educação. Justamente aquele que escreveu era tão poderoso – a arte de escrever, a educação, essa mola mestra, a arma mais poderosa que Mandela revelou nos seus discursos –, que as mãos dele, Luiz Gonzaga, foram cortadas. Isso precisa ser dito aos nossos estudantes, e isso eu fiz ontem, dizendo que estudar, para nós, é um ato revolucionário. O estudo como ato revolucionário... porque para a nossa juventude precisamos dizer que: dar continuidade a Búzios é ter conhecimento; dar

continuidade a Búzios é dominar a matemática, a física, a química e as outras linguagens. (Palmas)

Isso é a revolução que está em curso. É por isso que precisamos dizer que para aquele escravizado que sabia ler e escrever, a punição era severa. Por isso, entendemos as inúmeras dificuldades para fazer essa travessia que Olavo mostrou ontem, dessa juventude negra chegar à universidade.

Então, precisamos reafirmar esse compromisso com os nossos, com essa igualdade, com essa fraternidade e com essa liberdade, e dizer que, como eles não combinaram, “olhem nós aqui tra vez”. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- E daqui nunca saímos, companheiro. É preciso, realmente, que nos reunamos para fazer esse embate.

Como não teremos tempo para apresentar o trabalho da rádio Quilombo, de Cachoeira, gostaria de citar Camila Souza, Caíque Fialho, Luana Souza, essa juventude que vai representar a Bahia na premiação nacional. Viva a juventude, viva a cultura! Uma salva de palmas. (Palmas) Estudantes de jornalismo da UFRB.

Esta sessão está sendo transmitida através da *TV Assembleia*. Milhares de pessoas estão nos assistindo aqui. É importante registrarmos isso, essas falas ficarão nos anais desta Casa, bem como o discurso, professor Florisvaldo, na íntegra, já que teve o tempo comprometido.

Agora gostaria de chamar o nosso querido João Jorge, decano de tantas causas, para fazer a sua fala de 5 minutos. Como bem pontuou Sílvio, o Olodum deu cor à Revolta dos Búzios. Gostaria de aproveitar e saudar Tina, que faz no nosso mandato toda a diferença, pautando aquilo que é realmente importante: o compromisso com as causas populares.

João Jorge, obrigado, você que nos ajudou a fazer o projeto do Memorial Revolta dos Búzios e também da Comenda Liberdade e Revolta dos Búzios. Seja bem-vindo, querido.

O Sr. JOÃO JORGE:- Bom dia a todos e todas. Quero saudar o deputado Bira Coroa, a deputada Fabíola Mansur, todos da Mesa, os companheiros e companheiras que estão aqui, a cidade de Santo Amaro, a cidade de Cachoeira.

Saúdo também os personagens mais importantes da Assembleia do Estado da Bahia: João de Deus, Lucas Dantas, Manoel Faustino e Luiz Gonzaga. Os primeiros deputados do Brasil, os primeiros deputados desta Casa foram assassinados brutalmente na Praça da Piedade, depois de um cortejo tenebroso. Saíram da atual Câmara Municipal, numa carroça, foram em direção à Rua da Força e voltaram pela Rua do Cabeça, que ainda existem.

Quando eu saúdo os primeiros deputados desta Casa é para que os atuais, além de Bira Corôa, além da deputada Fabíola, respeitem a história do Brasil.

Hoje é um dia em que deveriam estar aqui todos os deputados estaduais da Bahia, para conhecer os seus antepassados, para conhecer a história e para respeitar a

luta daqueles que deram a vida pela independência do Brasil, pela igualdade e pela fraternidade. (Palmas)

Provavelmente os deputados que não estão aqui hoje vão ouvir falar sobre essa sessão. É a primeira vez no Brasil que um parlamento comemora, pensa e reflete sobre homens simples, homens do povo, dois alfaiates, dois soldados que foram acusados de terem escritos os documentos mais revolucionários desse País. Onze avisos, dos quais alguns deles falavam sobre o comércio exterior, liberdade, igualdade, salários iguais e acima de tudo dizia que o tempo da igualdade seria um tempo feliz.

Em 1798, Salvador era uma grande cidade do Atlântico Sul, a princesinha do Atlântico Sul, como 60 mil pessoas, mas com muitos problemas: fome, desemprego, ambição, crueldade, a violência, e o poder público atendia a poucos homens brancos. E aquele modelo de sociedade seria mudado se a partir do dia 25 de agosto, um dia como hoje, a delação de dois Joaquins não impedisse que aqueles homens pudessem fazer a revolução.

É na noite de 25 de agosto, onde é hoje, mais ou menos, a Fonte Nova, no Dique do Desterro, que esses homens vão tentar encontrar uma saída para o Brasil de 1798. A tese deles – e nós só podemos fazer um exercício de ficção – é que o Brasil de 1798 não teria um governo legítimo, porque eles acusavam Dom João VI e a rainha D. Maria I de serem um governo ilegítimo. Quis a história que 219 anos depois tivéssemos um governo ilegítimo. Quis a história que 219 anos depois a maioria da população negra baiana não estivesse representada nesse quadro aqui. Quis a história que 219 anos depois, em vez de um governo laico, um estado laico, alguém ousasse em uma casa republicana colocar um monstro, um quadro enorme representando uma única religião.

Então, evidentemente que, em 1798, a Revolta dos Búzios, a Conspiração dos Alfaiates, a Conspiração dos Mulatos, a Inconfidência Baiana, a Revolta das Argolinhas, ela é mais presente do que nunca. E é preciso coragem para falar disso.

Há 34 anos, Nelson Mendes, diretor do Olodum, foi no Arquivo Público e foi muito bem atendido pela direção e funcionários e fez a cópia de todo esse material que chamamos hoje A Devassa. Fez isso por inspiração de Antônio Jorge Godi, a quem saúdo hoje aqui. (Palmas) Porque ele, no Movimento Negro Unificado, tentou fazer uma peça de teatro com o grupo Palmares Iñaron, dizendo como João de Deus e os heróis se manifestavam, e como os governadores e os poderosos da Bahia tinham conseguido esconder essa história.

João de Deus, alfaiate, se dizia o homem mais bonito de Salvador, o mais elegante. Talvez venha daí essa tradição da negrada dizer que é a mais bonita e a mais elegante população de Salvador. Mas, isso não aconteceu porque a morte e a sentença brutais tinham a ver com o Brasil de hoje.

Vejam bem, senhores: nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 1799, as decisões foram tomadas cada vez mais rápido. O processo jurídico chama-se A Devassa. Não havia provas, confirmações, mas ainda assim alguém teria que ser punido. Então eram escolhidos 5, 6 para serem punidos. Antônio José morre envenenado, Luiz Pires

foge, mas para os quatro a sentença é bem definitiva. Eles deveriam morrer, ser enforcados e esquartejados. Mas deveriam acima de tudo ter as suas casas e seus bens confiscados, e seus descendentes deveriam ser infames para sempre. O que significa essa sentença, como agora está se praticando de novo? Que, diferentemente de Tiradentes, infame até a terceira geração, a História se encarregaria de apagar qualquer vestígio de nomes como Das Virgens, Faustino, Amorim, e isso quase aconteceu, com exceção do Instituto Geográfico e Histórico, com exceção de escritores, como Florisvaldo Matos, Katia Mattoso, como o professor Luís Henrique Dias Tavares, o herói dessa história, agora a professora Patrícia Valim, que começaram, pela Academia, a dizer que os fatos ocorreram e não podiam ser esquecidos. Mas faltavam as ruas da cidade do Salvador, a Roma Negra, e coube ao Olodum, nascido estranhamente dentro do Maciel-Pelourinho, dentro do Centro Histórico, onde os avisos foram colocados, fazer renascer a esperança. Mais do que isso, é quase um milagre que uma força chamada Olodumaré pudesse ter interpretado que se precisava de um tema baiano, um tema nacional. Não mais a África mítica. Mas terminou uma geração se apegando àqueles personagens, e mais: falando das mulheres. Maria do Nascimento, Ana Maria Romana, e fomos para as ruas ano por ano.

Foram oito pedidos ao governo federal para transformá-los em heróis da Pátria. Pedidos assinados por mim e Nelson Mendes no governo Fernando Henrique Cardoso, no governo Lula, até que no dia 3 de março de 2011 a presidente Dilma decretou os quatro primeiros heróis baianos. Por acaso, desrespeitados nesta Casa, por acaso, desrespeitados pelos políticos baianos, já que não se referem a eles como heróis deste País. Este país tem heróis e tem Zumbi dos Palmares, mas tem quatro homens baianos. Estávamos a desfilar no Carnaval quando a notícia chegou. “Eles agora são heróis da Pátria”. Então pensamos: “Eles têm que estar no Livro da Pátria”. Há um Livro da Pátria em Brasília, e foi outra luta até que estivessem lá colocados os nomes. Levamos as crianças da Escola Olodum, porque são as crianças e os jovens que devem tê-los como referência, e não o banditismo, e não o banditismo político.

Ora, nós estamos falando de algo fundamental para o Brasil de hoje, porque o Brasil de hoje não é uma república. O Brasil de hoje não é uma nação. O Brasil de hoje é um território com um povo e com governos bastantes ilegítimos, com Poder Judiciário muitas vezes a serviço dos poderosos, e mais do que isso: o processo vivido em 1798 está sendo vivido por muita gente agora. É comum um procurador dizer que tem a convicção de que fulano é culpado. Da mesma forma como ocorreu com os quatro que morreram. Em nenhum momento o advogado José Barbosa conseguiu defendê-los de não terem feito aquilo de que eles eram acusados. Chegou a argumentar que eles eram infelizes, e não sabiam o que estavam dizendo. Como aqueles quatro homens da Bahia podiam pensar em revolução, mercado internacional, igualdade, ideias da Revolução Francesa? Mas não convenceu Costa Pinto, não convenceu Sabino Silva, não convenceu os donos e poderosos da Bahia, porque alguém precisava pagar uma pena agressiva. Em 1798, a Bahia não tinha escola pública, enquanto muitos países latino-americanos tinham universidade. A Bahia não tinha escolas formais. Evidentemente que se homens negros e mulatos fizeram

petição para o Estado pedindo retorno à milícia, ou tinham alguma coisa escrita, deveriam ser eles Quem na massa da população analfabeta poderia fazer esses documentos, pregar no Terreiro de Jesus, na Piedade, em diferentes lugares? Ora, apenas aqueles homens que, mesmo não tendo a escola pública, se empenharam em saber ler e escrever.

Eles são os pais das ações afirmativas, são os pais da Steve Biko, são os pais do pré-vestibular do Olodum, agora. Eles são os pais da Uneb com os 40% de acesso à universidade.

Portugal negou ao Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné a educação e a universidade, mas depois o governo brasileiro negou ao povo da Bahia, ao povo brasileiro, acesso à educação, acesso à universidade. Ainda hoje é um mistério um País como este ter 15% de analfabetos – e a Bahia é líder em analfabetismo no Brasil. Então, a Revolta dos Búzios, senhores, ainda nem acabou. Era preciso recomeçar todos os dias, para o orgulho nosso e para que as futuras gerações se orgulhem de saber que algo existiu. Imagino que em 2018 os deputados do Estado da Bahia estarão aqui em peso, porque é uma questão de vergonha na cara. Não dá para ser parlamentar, nesta Casa, sem homenagear os mártires do Brasil. (Palmas) Não dá para que os blocos afros, os terreiros de candomblé, os grupos de *rap*, todos os grupos de cultura pensem apenas na manifestação artística e cultural. É preciso o tempo inteiro pensar na política, é preciso o tempo inteiro fazer a política.

E mais, nesses anos recentes de comemorações da Revolta dos Búzios – muitos dos que vejo aqui, como Cristina, Tita, Rita, Pessega e Wilson, sabem disso – estiveram aqui oito presidentes da república de países africanos. Também tivemos aqui Condoleezza Rice; conhecemos, nos Estados Unidos, Barack Obama; recebemos o presidente Nelson Mandela, na Praça Castro Alves; estivemos com o bispo Desmond Tutu.

E, senhores e senhoras, de 1798 até agora o mundo inteiro mudou, os países mudaram, os governos mudaram, o Vietnã está livre, Angola acabou de fazer eleição, o MPLA ganhou a eleição. O único lugar do mundo que mantém o *apartheid* social, o *apartheid* racial, com a mesma perversidade, chama-se Salvador da Bahia e o Estado da Bahia. (Palmas) É esse *apartheid* social que mata a nossa gente. Uma hora com tiroteio num bairro, outra hora matando a juventude, outra hora com desastres de terra caindo, com desastres de afogamento.

Ontem, foi um dia muito triste. Hoje, ainda é um dia muito triste. Quem é que mora na Ilha? Quem é que mora em Mar Grande? Quem é que faz a travessia 6h40min da manhã? Por que a Ilha não tem estrutura? Por que a Ilha não tem estrutura para assistir às pessoas?

Ora, não é o fato de ser uma ilha, porque o Japão é uma ilha; porque a Ilha da Reunião é uma ilha, e nós podemos visitá-la. É a decisão de não atender aos mais pobres. Por pouco, muito pouco, uma cidade com 3 milhões de habitantes, uma das 100 cidades mais importantes do mundo não chegaria a 2020 sem um transporte de massa. Porque tudo é pensado para os poucos da Bahia, para aqueles que mantêm

essa coisa que o mundo inteiro já sabe. Há um lugar no mundo que a discriminação funciona.

Nós não temos um filme sobre a Revolta dos Búzios; não temos uma série sobre a Revolta dos Búzios, porque fazer isso é dizer à população: “Olha, vocês têm heróis, vocês tiveram pessoas que lutaram, vocês não descendem de nada, vocês descendem dos africanos livres, dos criadores da civilização no Egito e na Etiópia.” E na Bahia, se alguém é civilizado, se alguém foi civilizado, foram justamente João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luís Gonzaga. (Palmas)

(Aplausos de pé)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- João, a gente fica emocionada com essa fala tão, infelizmente, atual. Pode-se dizer que a resistência também é construída a partir de momentos como este, nesta Casa.

Para fazer o seu pronunciamento, eu queria convidar essa guerreira, essa companheira, nossa secretária Fabya Reis, secretária de Promoção da Igualdade Racial, representando o nosso governador Rui Costa. (Palmas)

A Sr^a FABYA REIS:- Quero dar boa tarde a todos e a todas, pedir também aqui a proteção a todas as divindades e à nossa ancestralidade neste dia de luto, segundo dia de luto na Bahia, pelas famílias, pelos amigos que perderam, seguramente, pessoas do seu afeto, do seu convívio, por essa tragédia.

Quero trazer aqui, a esta sessão especial, o abraço do nosso governador Rui Costa, saudando a Mesa, essa representativa Mesa, em nome da deputada Fabíola Mansur, com o deputado Bira Corôa, que nos possibilitaram fazer este registro histórico e que abre, João Jorge, como você disse aqui, uma agenda, um compromisso político de celebração rumo aos 220 anos da Revolta dos Búzios.

Portanto, é com esse empenho, essa determinação que nós estamos, cada qual nos seus lugares, em seus papéis institucionais, articulados com a sociedade civil, com o movimento negro.

A Dr^a Livia Vaz evoca, que em seu pronunciamento, a responsabilidade de cidadãos e cidadãs, de representantes desta Casa, para que reveja o seu posicionamento, assegurando a sua laicidade, que é, justamente, o direito de assegurar que possamos respeitar a sociedade na sua escolha de religião, que as instituições precisam contemplar a diversidade delas, e não fazer uma escolha que exclui todas as outras. Portanto, quero concordar com a sua fala, que já aponta o dever desta Casa.

Quero também aqui destacar o nosso compromisso, João Jorge, já que no último dia 13, domingo, estivemos nas ruas fazendo o nosso hasteamento da bandeira da Revolta dos Búzios, da bandeira que antecede a que é hoje a nossa bandeira da Bahia. Naquela aparecia os dizeres: *Apareça, não se esconda*.

Acho que todos que estamos nesta sessão, o conjunto dos movimentos, cada vez mais temos aparecido, temos feito a denúncia, temos feito a fala em diferentes

linguagens. Olavo, quero parabenizá-lo, tendo em vista que ontem pudemos ver a força e a potência da juventude reeditando a luta antirracista de diversas maneiras, fazendo uma confrontação diária na Universidade da Bahia e do Brasil. Essa é uma realidade, e eles recolocam formas de ressignificar a nossa luta contra o racismo, de ressignificar a luta contra a intolerância religiosa. Portanto, quero parabenizar a sua sensibilidade e, mais do que isso, o seu posicionamento político na sua obra e na sua linguagem. (Palmas)

Você, que é também um entusiasta para que a gente possa... Professora Patrícia, fiquei muito satisfeita ao ouvi-la, pois em tão pouco tempo a senhora, com sua concisão, mostrou a força da representação do que foi a Revolta dos Búzios para a história baiana.

E Olavo nos traz a reivindicação a respeito visibilização do quinto herói, Antônio José, que as nossas pesquisas talvez nos auxiliem neste processo, assim como a marcação do papel protagonista das mulheres nessa luta. E aí, sem dúvida, temos Lucrécia Maria, Luiza Francisca, Ana Romana e Domingas Nascimento. Não sei como podemos contribuir, mas precisamos, talvez, aprimorar mais a nossa força também de visibilização dessas mulheres guerreiras para também nos fazer representar nesse movimento que marca a Bahia.

Por fim, destaco o compromisso dos blocos afros, que hoje silenciaram seus tambores em homenagem e solidariedade a todas as vítimas, mas que são um grito, uma potência que trouxe para a memória da juventude e para o cenário, diria, de toda a sociedade baiana os versos e a memória dos nossos heróis.

Portanto, quero parabenizar e nos colocar ao lado dessa luta. A Sepromi, no seu dever institucional de uma secretaria que é derivativa justamente dessa confluência entre governos democráticos e o movimento negro, o movimento da sociedade civil, se colocará ombro a ombro para que a gente possa fazer, sim, todas as articulações, todas as provocações para que tenhamos uma sessão recheada, como tem que ser, de deputados, mas também com o compromisso de que as nossas escolas públicas possam se engajar para que visibilize para os nossos alunos e nossos jovens esse momento. E aí quero já parabenizar, Zulu, a convocação da comissão da qual temos a honra de integrar nas Universidades Federais, e que façamos, sim, desses 220 anos o que precisa ser a memória dos nossos heróis da Revolta dos Búzios, reeditada hoje em tantas lutas.

Nós acordamos hoje com a notícia terrível de que o governo federal reeditou um decreto que entrega parte da Amazônia Legal, área que contém sete reservas, duas comunidades, duas tribos indígenas, para mineradoras estrangeiras.

Precisamos reeditar a Revolta dos Búzios para a denúncia. Precisamos reeditar a revolta dos búzios para nos insurgirmos contra a Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade – contra o Decreto nº 4.887, que regulamenta as terras quilombolas no Brasil.

Portanto, esse tem sido o nosso posicionamento enquanto secretaria de defesa de direito, enquanto secretaria que se articula com a sociedade para defender a população de negros e negras e, mais do que tudo, para que a gente assegure o que foi

conquistado e para que a gente dê o passo seguinte. A Década Internacional de Afrodescendentes é o compromisso do nosso governo do Estado, é um compromisso de todas as secretarias. E precisamos, sim, a cada espaço, a cada ação, a cada ato, em todos os lugares, reeditar para que a gente vá construindo uma agenda de trabalho densa de combate ao racismo, de combate à intolerância religiosa.

Então, quero saudar e parabenizar todos que construíram aqui essa grande sessão. Registrar a presença e saudar Cristina Gonçalves, representando o Conselho de Cultura e Pessoas com Deficiência; o nosso cineasta, que nos acompanhou desde o início, entusiasta; a professora Cristiane Taquari, que está aqui representando CCPI; a delegada Marita, do Turismo. Enfim, quero saudar os dirigentes do Grupo Olodum e encerrar dando o nosso abraço a essa juventude do Grupo Sarau da Onça, que nos brindou aqui no início dessa sessão.

Portanto, um abraço do nosso governador Rui Costa, reeditando os nossos compromissos da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Vamos, portanto, dar um “viva” e “vida longa” às histórias de João de Deus do Nascimento, de Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres, Manuel Faustino dos Santos Lira, Antônio José, Lucrécia Maria, Luísa Francisca, Ana Romana e Domingas Nascimento.

Um viva a nossos heróis e heroínas na Revolta dos Búzios.,

Boa tarde a todos. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste instante final, antes de fazer agradecimentos, quero convidar todos e todas para, no próximo dia 31, sexta-feira, neste plenário, uma sessão especial que irá celebrar os 30 anos do CDCN, a sua parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade em nosso Estado. Também aproveitaremos para destacar os 10 anos da Sepromi, como marco importante na conquista das nossas lutas e como instrumento, acima de tudo, ao alcance das nossas frentes de luta e de batalha.

Quero agradecer especialmente a todos e todas que compuseram esta Mesa, a todos e todas que estiveram presentes e aos que não puderam estar aqui. Estou recebendo, o tempo todo, no celular, mensagens de uma série de pessoas que por outros motivos não puderam estar aqui, mas reafirmam a importância deste ato, parabenizando a todos e todas, principalmente aos movimentos. Em nome do nosso decano, um agradecimento ao Olodum, estendido a todas as organizações das nossas lutas, mas especialmente ao Olodum, porque, se a Bahia e o Brasil reconhecem pela primeira vez três ou quatro negros como heróis, isso se deu exatamente pela perseverança, pelo processo de luta e pelo destaque que foi exatamente dado a esse fato, que a história não conseguiu omitir mesmo se estendendo por 219 anos, muito bem focados e destacados na fala de João Jorge quando ele diz que as lutas e a Revolta, que foi assim chamada, não acabaram. São 219 anos de luta, porque as pautas que foram implementadas pelo movimento estão vivas e presentes nos dias de hoje. E nós precisamos superar e cumprir as nossas tarefas para resolvê-las.

Este ato de hoje, sem dúvida alguma, é extremamente gratificante. Quero, mais uma vez, agradecer a cumplicidade da deputada Fabíola Mansur e destacar o quanto tem sido importante, nesta Casa, para as nossas lutas, a presença, a consistência e, acima de tudo, a disposição do mandato da deputada Fabíola Mansur.

Há tão pouco tempo, esta comissão, a Comissão de Promoção da Igualdade, a qual eu presido, esteve numa lista para extinção nesta Casa. Em 2007, quando aqui cheguei, João Jorge, havia uma lista com algumas comissões a serem extintas. A primeira era exatamente esta comissão, que tinha sido criada ainda no mandato do deputado Paulo Anunciação. Ela estava na lista para ser extinta. E foi exatamente com a cumplicidade dos movimentos populares organizados, do movimento negro e de todos os outros grupos que conseguimos manter essa comissão. Tivemos, Fabíola, dificuldades até na composição da chapa para poder justificar a existência da comissão. Tivemos o apoio de alguns deputados e deputadas que emprestaram os seus nomes, mesmo assumindo que não tinham condições de tocar a comissão, em razão de uma série de outras atribuições. E nós topamos o desafio de abrir a comissão mesmo nessa condição. Mas hoje, não. Hoje temos uma comissão ativa nesta Casa, com a participação de deputados e deputadas que estão vinculados a esse compromisso, apesar de, nesta Casa, neste exercício atual, apenas três deputados e deputadas terem se assumido negros.

Obrigado a todos e a todas. (Palmas.)

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur: - Para não me alongar, eu acho que a gente tem que ficar de pé, todos nós. Quero dizer que este momento é histórico, 25 de agosto, nesta Casa Legislativa, resgatamos a memória e fizemos justiça aos nossos heróis, o que alguns querem inviabilizar, invisibilizando as suas memórias e as suas lutas. Fica aqui no dia de hoje esse marco na luta pela justiça, pela igualdade e contra a tirania. Aliás, o nosso Hino já diz: “com tiranos não combinam brasileiros corações”. Não cedemos à tirania. Não combinamos, mas temos que estar irmanados para combater a tirania que retira do nosso povo o direito à democracia, à justiça, à igualdade, à fraternidade e à liberdade.

Portanto, vamos dar um presente aqui para todos... eu quero pegar a lista das mulheres... para todos eles! Que fique registrado esse 25 de agosto de 2017, para que a gente se lembre quem são os nossos heróis brasileiros e onde nasceram: em Cachoeira, em Santo Amaro, em Salvador.

Portanto, vamos dar um presente.

(A deputada faz a chamada.)

João de Deus.

(Todo o Plenário responde: presente!)

Lucas Dantas

(Todo o Plenário responde: presente!)

Manuel Faustino

(Todo o Plenário responde: presente!)

Luiz Gonzaga

(Todo o Plenário responde: presente!)

Antônio José

(Todo o Plenário responde: presente!)

Lucrécia Maria

(Todo o Plenário responde: presente!)

Luiza Francisca

(Todo o Plenário responde: presente!)

Ana Ramona

(Todo o Plenário responde: presente!)

Domingos Nascimento

(Todo o Plenário responde: presente!)

Viva a Revolta dos Búzios! Viva a luta pela democracia, pela igualdade, pelo combate ao racismo e à intolerância religiosa! Viva o Estado laico e que possamos nos unir para corrigir alguns erros históricos que ainda são cometidos na atualidade. (Palmas.)

Vamos ouvir agora, agradecendo a todas as presenças, o Hino ao Dois de Julho, que é o Hino da nossa Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.)

A Sra. PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Fora Temer! Com tiranos não combinam, brasileiros, corações.

Obrigada a todos, obrigada aos movimentos sociais, aos blocos afros Oludum, Ilê, Malê, Gandhi. E a luta, companheiros!

Temos um pequeno *coffee break*. Obrigada a todos pelas presenças, ao gabinete do deputado Bira Corôa e ao nosso gabinete por esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.